

Petróleo-ES

Economia

20,17%

DE CRESCIMENTO. As companhias aéreas brasileiras registraram, em maio, crescimento de 20,17% no fluxo de passageiros na comparação com o mesmo período de 2009, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Campanha. Será divulgada uma carta aberta à população com a posição das entidades empresariais

Empresários se mobilizam contra mudanças nos royalties

Campanha é contra a emenda que prevê a divisão igualitária do dinheiro do petróleo entre todos os Estados

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ O setor empresarial capixaba decidiu entrar na campanha em defesa dos royalties do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Os dois Estados estão com o repasse ameaçado em função da emenda Simon-Ibsen, aprovada no Congresso Nacional. Amanhã deve ser divulgada uma carta aberta à população, com a posição das entidades. Os representantes empresariais iniciarão, ainda, a conscientização dos trabalhadores nas empresas, por meio dos sindicatos patronais.

As medidas foram anunciadas ontem à tarde, depois de

de conscientização e esclarecimento. "Isso é o que vamos iniciar, primeiro com o documento que vai esclarecer a situação de forma bem clara e, depois, com o trabalho mais intenso nas próprias empresas", explicou o presidente em exercício da Findes, Ernesto Mosaner.

Para os líderes empresariais, o momento é de mostrar para a população, de forma clara e transparente, o que poderá acontecer com o Estado se os royalties deixarem de ser repassados da forma prevista na Constituição. "Na reunião de hoje (ontem), pelo menos 90% do PIB capixaba estavam representados e tinham conhecimento do assunto, mas a maioria da população precisa de mais informação para se posicionar a favor do veto", explicou o presidente da Fecomércio, José Lino Sepulcri.

Os empresários admitem



CAMPANHA. Medidas foram anunciadas após reunião entre Hartung e representantes de entidades

THIAGO GUIMARÃES

Medidas

■ **FRENTES.** Enquanto a emenda Ibsen-Simon não é votada novamente na Câmara, para depois receber o veto, ou não, do presidente da República, a campanha em favor dos royalties será desenvolvida em várias frentes no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

■ **ENVOLVIMENTO.** Além da reunião com empresários, o governador pretende se reunir com os prefeitos e representantes dos movimentos sociais e sindicais. Paulo Hartung também deve fazer, nos próximos dias, um pronunciamento em cadeia estadual de rádio e televisão para explicar a situação à população.

uma reunião entre o governador Paulo Hartung e representantes do Espírito Santo em Ação, da Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Desenvolvimento e Ministério Público do Estado e das federações das Indústrias (Findes), Comércio (Fecomércio), da Agricultura (Faes), Transportes (Fetransportes), Microempresas (Femicro), Construção Civil (Sinduscon), Construção Pesada (Sindusopes), Metal-mecânico (CDMEC) e de empresários da Serra (Ases).

Mesmo admitindo a importância de fazer um movimento maior de mobilização - nos moldes do que foi feito no início do ano, no Rio de Janeiro, com passeata e shows - os empresários acreditam ser necessário, antes, fazer um trabalho

que, no momento, as ações são mais políticas. "Por enquanto, não podemos ingressar no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) porque a lei, efetivamente, ainda não existe", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello Vieira.

Os procuradores do Estado e do Rio de Janeiro vêm preparando os fundamentos para questionar na Justiça as emendas Ibsen e Simon, caso sejam sancionadas. "Vamos questionar pelo menos quatro pontos que consideramos inconstitucionais que são: o direito aos royalties como uma compensação; o direito adquirido; a forma de distribuição com base no FPE e FPM e a criação de encargo para a União pela emenda Simon", disse Rabello.

Votação na Câmara é adiada

Provável falta de quórum no plenário hoje por conta do jogo do Brasil é o que sustenta a decisão

■ O governo resolveu adiar para a próxima semana a votação final, na Câmara dos Deputados, do projeto que cria o fundo social e estabelece o modelo de partilha para a exploração do pré-sal. A justificativa oficial para o adiamento é a viagem que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), fará essa semana para a Europa. Mas a provável

falta de quórum no plenário amanhã - dia da estreia do Brasil na Copa do Mundo - é o que sustenta a decisão da liderança do governo na Casa.

O adiamento da votação, que oficialmente estava marcada para amanhã após o jogo do Brasil contra a Coreia do Norte, foi comunicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no domingo por Michel Temer.

Segundo o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), o presidente da Câmara teria pedido o adiamento na sexta-feira, argumentando que gostaria de estar presente à sessão de votação da matéria, aprovada

na madrugada de quinta-feira passada no Senado.

O governo quer votar o projeto antes do início do recesso parlamentar, em meados de julho, para retomar, ainda no segundo semestre, as rodadas de licitação de blocos exploratórios do pré-sal já sob o novo modelo de partilha da produção, que irá substituir o atual mecanismo de concessão.

Mas o governo sabe das dificuldades que terá pela frente por conta dos jogos da Copa, o início efetivo das campanhas e as festas juninas, que mobilizam os parlamentares do Nordeste.

Lula diz que já tomou decisão sobre pré-sal

■ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que já tem "consciência do que precisa ser feito" com o projeto do pré-sal. Lula voltou a sinalizar que deve vetar o texto, caso a Câmara dos Deputados mantenha a proposta aprovada semana passada no Senado. Lula afirmou que sua decisão já está tomada, mas não quis revelar qual é e disse apenas que é "o melhor para o país". No entanto, declarou que essa discussão não deveria ocorrer antes das eleições, porque "aí a razão não existe".